

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – CCSH
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO

Jade Rafaela Krug

**CAMPO SEMÂNTICO DA IDENTIDADE SEXUAL E DA IDENTIDADE DE
GÊNERO: ANÁLISE DE VERBETES EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Santa Maria, RS
2023

Jade Rafaela Krug

**CAMPO SEMÂNTICO DA IDENTIDADE SEXUAL E DA IDENTIDADE DE
GÊNERO: ANÁLISE DE VERBETES EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientador: Joacir Marques da Costa

Santa Maria, RS
2023

Jade Rafaela Krug

**CAMPO SEMÂNTICO DA IDENTIDADE SEXUAL E DA IDENTIDADE DE
GÊNERO: ANÁLISE DE VERBETES EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Estudos de Gênero.

Aprovado em 06 de setembro de 2023

Joacir Marques da Costa, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marlon Santa Maria Dias, Dr. (Unochapecó)

Leonardo dos Santos Silva, Ddo. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

CAMPO SEMÂNTICO DA IDENTIDADE SEXUAL E DA IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DE VERBETES EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA¹

SEMANTIC FIELD OF SEXUAL IDENTITY AND GENDER IDENTITY: ANALYSIS OF ENTRIES IN PORTUGUESE LANGUAGE DICTIONARIES

Autora: Jade Rafaela Krug²
Orientador: Joacir Marques da Costa³

Resumo

Este artigo se propõe a analisar verbetes extraídos de dois dicionários de Língua Portuguesa - o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Houaiss e Villar (2019) e o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, de Ferreira (2020) -, a fim de refletir sobre o significado de representações identitárias da sigla LGBTQIA+. Ao fazer isso, será possível mapear as representações identitárias que esses verbetes constroem e mantêm, já que eles refletem/produzem aspectos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos do período e da sociedade em que o dicionário é escrito e/ou está em circulação. Para isso, serão discutidos alguns conceitos fundamentais sobre o assunto, por exemplo, os conceitos de identidade, diferença, representação e performatividade. Também serão revistos aspectos referentes aos verbetes, aos dicionários e à análise do discurso. Com isso, pretendemos refletir sobre as representações identitárias que esses verbetes sugerem; sensibilizar os falantes a respeito do papel social, cultural, político, histórico e econômico da linguagem, no que tange à construção e à manutenção de identidades; disseminar ainda mais as palavras e/ou expressões que pertencem ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero, manifestando-se de forma cada vez mais respeitosa aos sujeitos que constituem a comunidade LGBTQIA+; desmistificar algumas crenças errôneas que os usuários do idioma costumam ter a respeito desse assunto, a fim de superar preconceitos e combater a heterocisnormatividade.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Identidade sexual. Comunidade LGBTQIA+. Dicionários. Verbetes.

Abstract

This paper proposes to analyse entries extracted from two Portuguese dictionaries - the *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, by Houaiss and Villar (2019) and the *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, by Ferreira (2020) -, in order to reflect on the meaning of identity representations of the acronym LGBTQIA+. By doing so, it will be possible to map the identity representations that such entries construct and maintain, as they reflect/produce social, cultural, political, historical and economic aspects of the period and society in which the dictionary is written and/or is in circulation. To this end, some fundamental concepts on the subject will be discussed, for example, the concepts of identity, difference, representation and performativity. We will also review aspects related to entries, dictionaries and discourse analysis. Thus, we intend to reflect on the identity representations that these entries suggest; to sensitize speakers about the social, cultural, political, historical and economic role of language regarding the construction and maintenance of identities; to further disseminate the words and/or expressions that belong to the semantic field of sexual identity and gender identity, manifesting itself in an increasingly respectful way to the subjects that constitute the LGBTQIA+ community; to demystify some erroneous beliefs that language users usually have about this subject, in order to overcome prejudices and fight heterocisnormativity.

Keywords: Gender identity. Sexual identity. LGBTQIA+ Community. Dictionaries. Verbetes.

¹ Artigo vinculado ao Grupo de Pesquisa "Rizoma - políticas, currículo e educação" da UFSM/CNPq.

² Especialista em Letras e Libras pela Faculdade Dom Alberto. Licenciada em Letras Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). jadekrug@gmail.com

³ Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Doutor em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa "Rizoma - Políticas, Currículo e Educação" /CNPq. Professor/Orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM) e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG/UFSM). Coordenador da Especialização em Estudos de Gênero (EEG/UFSM).

1. INTRODUÇÃO

Durante certo tempo, os avanços da área dos Estudos de Gênero pareciam ficar restritos ao universo da academia e, em alguns casos, das pessoas que militam em prol de movimentos sociais, como o LGBTQIA+ e o Feminismo. Um exemplo disso ocorre com o próprio significado da sigla LGBTQIA+, quando analisado dentro do espaço escolar. Ao estar lá, no chão da escola, sobretudo nas pequenas escolas de cidades do interior, é possível perceber que, apesar de todas as diferentes identidades sexuais e de gênero que esse território apresenta, algumas das identidades que compõem essa sigla ainda são pouco conhecidas por parte dos funcionários, professores e estudantes, para quem, muitas vezes, a sigla parece se resumir apenas às palavras “gay” e “lésbica”.

Felizmente, é possível observar que a área dos Estudos de Gênero tem avançado muito e que as palavras específicas do seu campo semântico começam a ganhar um espaço maior no cotidiano das pessoas, isto é, fora dos espaços acadêmicos e da militância dos movimentos sociais. Aliás, são os próprios movimentos sociais que, auxiliados pela popularização do acesso à internet, parecem estar contribuindo de maneira decisiva para a disseminação desses termos, inclusive dentro das escolas.

A saber, atualmente, a sigla LGBTQIA+⁴ é composta, pelo menos, pelas seguintes palavras: “lésbica”; “gay”; “bissexual”; “transexual”; “transgênero”; “travesti”; “queer”; “intersexo”; “aliado”; “assexual”; “arromântico” e “agênero”. Evidentemente, à proporção que novas identidades sexuais e de gênero vão surgindo, maior vai ficando a sigla. Tanto que o símbolo de positivo no final dela procura dar conta de toda essa variedade de identidades possíveis que representam esse grupo que está sempre em crescimento, em movimento, em deslocamento. A habilidade para questionar a estabilidade das identidades sexuais e de gênero e abraçar a diferença é o que parece unir os membros desse grupo.

Por compreendermos a infância e a adolescência como um momento fundamental para a formação das identidades dos indivíduos, nos parece muito importante que a escola seja um espaço receptivo e acolhedor para todas as pessoas, o que inclui os membros da comunidade

⁴ Três pontos a se considerar: I) o significado da letra “T” pode, em algumas produções científicas, designar apenas pessoas “transgênero e travestis”, excluindo “transexual”; II) o significado da letra “A” pode, em algumas produções científicas, se restringir apenas a “assexual” ou “assexual e agênero”, excluindo “aliado” e “arromântico”; III) ainda, há de se considerar outras incorporações à sigla da comunidade, por exemplo, LGBTQIAPN+, em que a letra “P” designa pessoas “pansexuais” e a letra “N” pessoas “não-binaries”. Contudo, neste trabalho, optamos por utilizar a sigla LGBTQIA+, por compreendermos que era a sigla que nos parecia ser mais conhecida e, conseqüentemente, mais utilizada, no momento da escrita desse texto. Evidentemente, isso não esgota a possibilidade de novas pesquisas que abordem a sigla LGBTQIAPN+ ou qualquer outra sigla que possa surgir. Pelo contrário, só demonstra a importância e a urgência de mais pesquisas na área.

LGBTQIA+. A internet pode ser uma aliada nesse processo de tornar as escolas mais receptivas e acolhedoras, mas sabemos que, infelizmente, nem todas as escolas contam com essa ferramenta. Além disso, nem todos os membros do espaço escolar estão familiarizados com ela. Ao pensar nesse cenário, é possível perceber a importância do dicionário, enquanto ferramenta para consulta, nesses espaços. Desta forma, torna-se urgente verificar se as palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ aparecem nos dicionários, a fim de analisar quais as representações identitárias que os verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ constroem e mantêm nos dicionários.

Os dicionários têm o papel de registrar o significado das palavras e expressões de determinados idiomas. Embora essa não seja a principal função deles, ao registrar o significado linguístico e discursivo das palavras e se aprofundar nas questões gramaticais, eles acabam registrando aspectos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos das respectivas sociedades em que estão inseridos. Portanto, ao utilizar os verbetes dos dicionários como fonte de pesquisa, esse texto procura destacar a importância da linguagem, como um instrumento que carrega uma série de características que sinalizam aspectos do período e da sociedade em que o falante está inserido. Afinal, tal como apontado por Ferdinand de Saussure (2006), a língua⁵ é um organismo vivo, que está sempre em transformação, se adaptando para dar conta das necessidades lexicais da sociedade.

No decorrer deste trabalho, serão abordados os verbetes das seguintes palavras: “lésbica”; “gay”; “bissexual”; “transexual”; “transgênero”; “travesti”; “queer”; “intersexo”; “aliado”; “assexual”; “arromântico” e “agênero”. Para isso, serão utilizados os seguintes dicionários: o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2019) e o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2020). Ambos atualizados conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que passou a valer em 2012, portanto edições bastante atuais. Além disso, esses dicionários costumam ser encontrados com facilidade nas bibliotecas escolares brasileiras.

Cabe destacar que a escolha de edições de dicionários publicados após 2012 foi feita conscientemente, pois esse foi um momento em que esses objetos passaram por grandes reformulações, para se adaptarem ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que está em

⁵ O autor distingue a língua da linguagem, demonstrando que a língua consiste em uma das formas através das quais a linguagem se manifesta. A língua é falada ou escrita, e utilizada por uma comunidade. Enquanto isso, a linguagem é uma forma mais abrangente de comunicação, porque, além da língua, inclui movimentos, imagens e sons.

andamento. Com isso, compreende-se que os verbetes escolhidos foram revisados e trazem significados atualizados, que refletem o pensamento vigente a respeito do campo semântico escolhido, isto é, o campo semântico que contempla a identidade sexual e a identidade de gênero. Mais do que isso, são dicionários impressos que ainda estão em circulação nas escolas e outros espaços e estão sendo reeditados com pequenas alterações. Além disso, possuem versões disponíveis online, que podem ser usado como base para pesquisas futuras.

Analisar os verbetes dos principais dicionários impressos de Língua Portuguesa da atualidade pode nos ajudar a compreender como esses dicionários incorporaram as palavras pertencentes ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero e, assim, responder ao problema de pesquisa: quais as representações identitárias que os verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ constroem e mantêm nos dicionários?

Portanto, este artigo propõe, como objetivo, analisar verbetes extraídos de dois dicionários de Língua Portuguesa, a fim de refletir sobre o significado de representações identitárias da sigla LGBTQIA+. Ao fazer isso, será possível mapear representações identitárias que esses verbetes constroem e mantêm acerca dessas identidades, já que os verbetes também refletem/produzem valores da sociedade no período em que o dicionário é escrito e/ou publicado. Para isso, serão discutidos conceitos fundamentais sobre o assunto, por exemplo, o conceito de identidade, diferença, representação e performatividade.

Para tanto, os objetivos específicos são: a) discutir alguns conceitos fundamentais sobre identidade, diferença, representação e performatividade; b) sensibilizar os falantes a respeito do papel social, cultural, político, histórico e econômico da linguagem no que tange à construção e à manutenção de identidades; c) disseminar ainda mais as palavras e/ou expressões que pertencem ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero, manifestando-se de forma cada vez mais respeitosa aos sujeitos que constituem a comunidade LGBTQIA+; d) desmistificar algumas crenças errôneas que os usuários do idioma costumam ter a respeito desse assunto, a fim de superar preconceitos e combater a heterocisnormatividade.

2. MOVIMENTOS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O estudo em questão é composto por uma pesquisa bibliográfica reflexiva que aborda obras de autores que trabalham com conceitos como identidade, diferença, representação e performatividade. Obras que versem sobre verbetes, dicionários e análise do discurso também

serão consultadas, para que tenhamos subsídios para realizar o trabalho analítico. Como já foi dito anteriormente, esse trabalho se propõe a analisar verbetes extraídos de dois dicionários de Língua Portuguesa, a fim de refletir sobre o significado de representações identitárias da sigla LGBTQIA+.

De modo geral, as palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ - isto é, as palavras “lésbica”; “gay”; “bissexual”; “transexual”; “transgênero”; “travesti”; “queer”; “intersexo”; “aliado”; “assexual”; “arromântico” e “agênero” - sinalizam identidades sexuais e identidades de gênero, o que exige que o conceito do termo identidade seja explorado. Compreende-se que um movimento de discussão e análise interessante, é a abordagem da noção de identidade e deslizamentos à noção de diferença. Para isso, nos apoiaremos, principalmente, nos estudos de Thomas Tadeu da Silva, Kathryn Woodward e Stuart Hall (2014), autores responsáveis pelos artigos presentes no livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Woodward (2014) é responsável pelo capítulo de abertura do livro, intitulado *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. Silva (2014) assina o capítulo intitulado *A produção social da identidade e da diferença*. Já Hall (2014) encerra o livro, com seu capítulo que visa responder a seguinte pergunta: *Quem precisa da identidade?*

Outros estudos que vão nos ajudar a compreender melhor os conceitos de identidade, diferença, representação e performatividade, bem como nos auxiliar na discussão sobre verbetes, dicionários e análise do discurso são os artigos *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, de Joan Scott (1995); *Gênero e educação: teoria e política*, de Dagmar Estermann Meyer (2013) e *Gênero: a história de um conceito*, de Adriana Piscitelli (2009). Também serão abordados livros como *Um Corpo Estranho*, de Guacira Lopes Louro (2022); *Gênero e sexualidade na atualidade*, de Leandro Colling (2018); *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, de Eni Puccinelli Orlandi (2015) e *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*, de Richard Miskolci (2012). Para realizar a análise dos verbetes, além das obras mencionados acima, utilizaremos o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2019) e o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2020). Nesta etapa, também nos apoiaremos no livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (1999) e no artigo “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: *interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas*, de Mario Carvalho (2018).

3. IDENTIDADE, DIFERENÇA E ALGUNS DESLIZAMENTOS

Na perspectiva de discutir a noção conceitual de identidade, faz-se necessário recordar da possibilidade de relacioná-la a noção conceitual da diferença, já que autores como Silva (2014); Hall (2014) e Woodward (2014) defendem que a identidade e a diferença estão relacionadas, como podemos ver nas passagens a seguir: “[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” (SILVA, 2014, p. 74), “[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2014, p. 110) e “a identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2014, p. 9).

Ao definir sua concepção de identidade, Hall (2014) garante que as identidades não são nunca unificadas e são cada vez mais fragmentadas. Além disso, elas são construídas ao longo de discursos, sendo que estão sempre em processo de mudança e transformação. Portanto, o autor defende a fluidez da identidade.

No que tange à diferença, os estudos propostos por Woodward (2014, p. 42) indicam que “as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades”. Além disso, “a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições”. Já as pesquisas realizadas por Silva (2014, p. 82) sugerem que

A afirmação de identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam laços de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicações de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.

Silva (2014, p. 75) menciona que “[...] as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade”. O pesquisador ainda procura mostrar que as afirmações sobre diferença “[...] também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.

O autor considera que, em geral, consideramos a diferença como um produto da identidade e ressalta que “[...] a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos” (SILVA, 2014, p. 75-76).

Não é por acaso que Miskolci (2012, s.p.) defende que “a perspectiva das diferenças é mais democrática” e explica que isso ocorre “[...] porque ela nos convida a descobrir a alteridade como parte não reconhecida do que somos, em vez de um atributo ou a identidade de um Outro incomensuravelmente distinto de nós mesmos”.

A partir dos estudos de Woodward (2014), compreendemos que a identidade é relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades, ou seja, “a conceituação da identidade envolve o exame dos *sistemas classificatórios* que mostram como as relações sociais estão organizadas e divididas” (WOODWARD, 2014, p. 13, grifos da autora). A autora exemplifica, dizendo que existem dois grupos em oposição: nós/eles; eu/outro.

Woodward (2014, p. 11) observa que algumas diferenças são marcadas e outras são obscurecidas, pois algumas diferenças “[...] são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”. Ela enfatiza que “a identidade está vinculada *também* a condições *sociais* e *materiais*. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2014, p. 14, grifos da autora). Para a autora, isso ocorre porque “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2014, p. 19).

Ao comentar sobre as relações do poder, Silva (2014, p. 81) chega a afirmar que “[...] a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações do poder”. Para o autor, algumas marcas da presença do poder são: “[...] incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’)” (SILVA, 2014, p. 82-83). Em resumo, para Silva (2014, p. 96-97), “a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder”.

No que diz respeito ao processo de classificação, Silva (2014, p. 82) comenta que “ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo

social em grupos, em classes”, de modo que “a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações”. O autor ainda salienta que “dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados”.

Silva (2014, p. 83) critica a normalização ao afirmar que “fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças”. Para o autor, “a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo das identidades e das diferenças”. Ele define normalizar como: “[...] eleger - arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”.

Já que as relações de identidade e diferença giram em torno de oposições binárias, é preciso problematizar esses binarismos em torno dos quais elas se organizam: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual (SILVA, 2014). Essa ideia de subversão da identidade costuma estar associada à ideia de movimento. Nas palavras de Silva (2014, p. 86): “[...] as metáforas utilizadas para descrevê-los recorrem, quase todas, à própria ideia de movimento, de viagem, de deslocamento: diáspora, cruzamento de fronteiras, nomadismo”. O pesquisador revela que “‘cruzar fronteiras’, por exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades”. Ele complementa: “‘cruzar fronteiras’ significa não respeitar os sinais que demarcam – ‘artificialmente’ – os limites entre os territórios das diferentes identidades” (SILVA, 2014, p. 88).

Como o próprio título indica, o subcapítulo abaixo explora os conceitos de identidade sexual e identidade de gênero.

3.1 IDENTIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

O conceito de identidade de gênero é importante, porque questiona a certeza de certos movimentos políticos que afirmam sua identidade baseado na biologia. Contudo, além do corpo, outros elementos servem como fundamento de identidade, por exemplo, a cultura ou a história em comum. Colling (2018, p. 9-10) sugere que os estudos sobre as identidades tendem a defender que as identidades são culturais, ou seja, que “elas não são completamente inatas, naturais ou determinadas por algum componente genético”, mas estão “carregadas de

processos históricos, políticos e econômicos que forjaram as formas com as quais constituímos as nossas identidades”.

A respeito das identidades sexuais, Woodward (2014, p. 32) comenta: “as identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações”. Além disso, a pesquisadora considera que algumas identidades podem ser construídas como estranhas ou desviantes. A respeito do processo de socialização desses indivíduos cujas identidades são tidas como “estranhas” e “desviantes”, que geralmente acaba sendo marcado por preconceito e outras formas de violência, Miskolci (2012) comenta:

Socializar-se, portanto, costuma ser um processo marcado por formas muito violentas de recusa, em si mesmo, do que a sociedade quer evitar como “contaminante”, seja uma identidade de gênero diferente das mais conhecidas ou formas de desejo fora do modelo em voga (MISKOLCI, 2012, s.p.).

Para Woodward (2014, p. 33), “[...] a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação”. Daí a importância dos novos movimentos sociais, como o feminismo e o próprio movimento LGBTQIA+, que resgatam as identidades que não têm sido reconhecidas ou que têm ocupado espaços às margens da sociedade (WOODWARD, 2014). A esse respeito, Woodward (2014, p. 51) ressalta que

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença [...].

Silva (2014, p. 89) fala sobre a importância de questionar a artificialidade das identidades fixas e do próprio processo de fixação das identidades,

Ao chamar a atenção para o caráter cultural e construído do gênero e da sexualidade, a teoria feminista e a teoria *queer* contribuem, de forma decisiva, para o questionamento das oposições binárias masculino/feminino, heterossexual/homossexual – nas quais se baseia o processo de fixação das identidades de gênero e das identidades sexuais. A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento de fronteiras” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade. A evidente artificialidade da identidade das pessoas travestidas e das que se apresentam como *drag-queens*, por exemplo,

denuncia a – menos evidente – artificialidade de *todas* as identidades (SILVA, 2014, p. 89).

Piscitelli (2009) resume o que é gênero e o que é sexo:

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências, a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade [...] O termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963, tratando do modelo de identidade de gênero. Stoller teria formulado o conceito de *identidade de gênero* para distinguir entre natureza e cultura. Assim, *sexo* está vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e *gênero* tem relação com a cultura (psicologia, sociologia, incluindo aqui todo o aprendizado vivido desde o nascimento). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa marcada por gênero, um homem ou uma mulher (PISCITELLI, 2009, p. 119 - 124, grifos da autora).

Ao apresentar os aspectos culturais que influenciam no que entendemos por “homem” e “mulher”, Piscitelli (2009, p. 124-125) resume: “[...] quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais”. Ela continua: “mas de aprendizados que são culturais, que variam segundo o momento histórico, o lugar e a classe social”. A autora ainda reforça que a

“Identidade de gênero”, que está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais, que ‘pertencem’ à natureza, à biologia. Por isso, é preciso separar natureza de cultura, entendo que o que define as diferenças de gênero está no âmbito da cultura (PISCITELLI, 2009, p. 124-125).

Em seu livro intitulado *Gênero e sexualidade na atualidade*, Colling (2018, p. 32-37) alerta que “todas as pessoas possuem identidades de gênero”, já que “[...] as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas”. Além disso, o autor sinaliza para o fato de que “[...] pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos”. Para ele, “[...] existem uma série de expressões, constantemente criadas e recriadas, com as quais as pessoas preferem ser identificadas em relação aos seus gêneros”, por exemplo, travestis, transexuais, transgêneras, pessoas não binárias, com gênero fluido etc.

Outra obra bastante importante para discutir a respeito da identidade de gênero e da identidade sexual é *Um Corpo Estranho*, de Louro (2022). Nesse livro, a autora defende que a sequência sexo-gênero-sexualidade é desobedecida e subvertida por aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. Portanto, “eventualmente, em vez de serem repetidas, as normas são deslocadas, desestabilizadas, derivadas, proliferadas” (LOURO, 2022, p. 17). Além disso, a estudiosa menciona que,

[...] ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e sexualidade precisamente nesses espaços, na resistência e na subversão das “normas regulatórias”, eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas (LOURO, 2022, p. 17-18).

Para Louro (2022), “não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias”. Contudo, “as marcas de gênero e de sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias, e estão, indubitavelmente, envolvidas em relações de poder”. Logo, “os esforços empreendidos para instituir a norma nos corpos (e nos sujeitos) precisam, pois, ser constantemente reiterados, renovados e refeitos” (LOURO, 2022, p. 75-76).

Ao mencionar “[...] os que se demoram na fronteira, aqueles e aquelas que se abandonam no espaço ‘entre’ dois ou mais lugares, que se deixam ficar numa espécie de esquina ou encruzilhada” (LOURO, 2022, p. 18), ela define fronteira como:

[...] um lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto. Ela separa e, ao mesmo tempo, põe em contato culturas e grupos. Zona de policiamento é, também, zona de transgressão e subversão. O ilícito circula ao longo da fronteira. Ali os enfrentamentos costumam ser constantes, não apenas e tão somente através da luta ou do conflito cruento, mas, também, sob a forma da crítica, do contrate, da paródia [...] (LOURO, 2022, p. 18).

De acordo com Louro (2022), as personagens que transgridem o gênero e a sexualidade são responsáveis por evidenciar “[...] o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades”. A pesquisadora destaca que elas “são significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de gênero e de sexualidade” (LOURO, 2022, p. 22).

Apesar disso, ela observa que

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas

binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2022, p. 26-27).

No próximo capítulo, intitulado “Representação e performatividade: atravessamentos em movimento”, falaremos sobre representação e performatividade.

4.REPRESENTAÇÃO E PERFORMATIVIDADE: ATRAVESSAMENTOS EM MOVIMENTO

Woodward (2014) afirma que a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e as relações. Por isso, a construção da identidade é considerada simbólica e social. A importância da representação se dá, pois é a partir dela que a identidade e a diferença passam a existir. Logo, representar significa dizer o que é a identidade e o que é a diferença (SILVA, 2014).

No que diz respeito à representação, Woodward (2014) comenta:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 18).

A autora observa que é possível questionar o poder da representação e o fato de que alguns significados são preferidos, em detrimento de outros. Ela alerta que [...] “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2014, p. 19).

Silva (2014, p. 90-91) considera que, “a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material”. Ele sugere, ainda, que “a representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral” e indica que “a representação não é, nessa concepção, nunca, representação mental ou interior. A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior”. Além disso, o conceito de representação inclui todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade que são atribuídas à linguagem. Portanto, “[...] a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamento ligado a relações de poder”.

Como já foi dito anteriormente, “é por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”. É por isso que “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2014, p. 91).

De uma maneira bastante didática, Colling (2018) resume o conceito de performatividade:

[...] podemos dizer que a teoria da performatividade tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada (casamentos, batismos, chá de fraldas etc), cria sujeitos que são o resultado dessas repetições. Assim, quem ousa se comportar fora destas normas que, quase sempre, encarnam determinados ideais de masculinidade e feminilidade ligados com uma união heterossexual, acaba sofrendo sérias consequências. Quais são elas? Falta de direitos, desrespeito, violências físicas e simbólicas e, no limite, atentados contra a própria vida (COLLING, 2018, p. 31).

Silva (2014) associa o conceito de performatividade à ideia de “tornar-se”, onde é possível visualizar o conceito de identidade como sinônimo de movimento e de transformação, tal como pode ser visto no trecho abaixo:

O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação (SILVA, 2014, p. 92).

Louro (2022) contribui com o conceito de performatividade ao afirmar que “[...] a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos” (LOURO, 2022, p. 26-27). Portanto, o que se diz através de discursos, atos, gestos e atuações pode ser considerado performativo, em outras palavras, responsável por criar os sujeitos que enunciam (COLLING, 2018).

O próximo capítulo, intitulado “Linguagem e a produção de identidades”, procura mostrar como a linguagem atua na construção e na manutenção das identidades.

5. LINGUAGEM E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES

Woodward (2014, p. 56) aponta para a importância da linguagem e da cultura, ao afirmar que “nós vivemos a nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e

a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade”. Ela reforça a importância da linguagem, dizendo que “essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas” (WOODWARD, 2014, p. 8).

Silva (2014, p. 76-77) considera que “a identidade e a diferença tem que ser ativamente produzidas [...]”, pois “[...] somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais”. Portanto, a identidade e a diferença são criações sociais e culturais, são resultados de atos de criação linguística, isto é, são criadas através da linguagem.

Ao falar sobre as identidades, Hall (2014) sugere que recursos da história, da linguagem e da cultura não costumam ser usados para a produção daquilo que nós somos, mas para a produção daquilo que nos tornamos e podemos nos tornar.

Saussure (2006) acreditava que a linguagem é um sistema de diferenças, o que nos permite ter acesso “[...] a noção de diferença como a operação ou o processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais como a identidade, por exemplo” (SILVA, 2014, p. 76-78).

A identidade e a diferença resultam de um processo de produção simbólica e discursiva. Por isso, autores como Silva (2014) alertam para a questão da indeterminação e da instabilidade da linguagem e, conseqüentemente, da identidade e da diferença, visto que “[...] a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto à linguagem da qual dependem”. Além disso,

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2014, p. 84).

Orlandi (2015, p. 15-16) diz que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar”. Ela também afirma que “a condição da linguagem é a incompletude” (p. 50) e complementa, dizendo que os sujeitos e os sentidos não estão completos, pois “constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível” (ORLANDI, 2015, p. 50).

Para finalizar, Silva (2014, p. 93) resume a importância da linguagem para construir e/ou manter identidades ao apontar que

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo.

Intitulado “Discurso e análise do discurso”, o subcapítulo abaixo aborda essas duas temáticas, sinalizando a importância delas na construção e manutenção das identidades.

5.1 DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO

Para Hall (1990, apud WOODWARD, 2014, p. 28), “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica”. O autor ainda menciona que “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 1995, apud HALL, 2014, p. 112). Hall (2014, p. 109) defende que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Em seu livro intitulado *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, Orlandi (2015) procura mostrar que a análise do discurso pode ser considerada como um campo de questões sobre a linguagem. Desta forma, essa prática de leitura discursiva permite “[...] considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária”. Esse fato ocorre porque “[...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2015, p. 32). A partir da análise do discurso é possível:

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise do discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao

menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2015, p. 7-8).

Em seu livro, ao explicar sobre o que é discurso, Orlandi (2015, p. 13) considera que “[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Além disso, a autora considera que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 15).

A respeito do campo de interesse da análise do discurso, Orlandi (2015) sinaliza que a análise do discurso se ocupa de práticas discursivas diversas, tais como: imagem, som, letra etc. A pesquisadora salienta que “todo o discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2015, p. 60).

No que tange às condições de produção, Orlandi (2015, p. 28) defende que elas compreendem os sujeitos e a situação. A memória também faz parte desse processo. Ela explica que a memória tem características específicas, especialmente quando pensada em relação ao discurso. O que faz com que ela seja tratada como interdiscurso. Para ela, o interdiscurso

[...] é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2015, p. 29).

É por conta da memória que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Desta forma,

O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. [...] O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (ORLANDI, 2015, p. 30).

Para a autora, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”. Através do interdiscurso, conseguimos ter acesso a toda uma “[...] filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua

significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos” (ORLANDI, 2015, p. 30).

Em resumo, “há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”. Sendo que “a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)”. Desta forma, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 30-31).

Ao falar sobre esquecimento, Orlandi (2015, p. 33) diferencia o esquecimento enunciativo e o esquecimento ideológico. O primeiro “[...] atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”. Ele explica porque acreditamos que as palavras que falamos só podem ser ditas daquela forma, com aquelas palavras e não outras. O segundo “[...] é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”. Ele explora, por exemplo, porque acreditamos que somos os primeiros a dizer algo.

Orlandi (2015, p. 36) defende que a paráfrase e a polissemia criam um jogo que “[...] atesta o confronto entre simbólico e político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”. Sendo assim,

[...] o analista se propõe compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das forças de poder (ORLANDI, 2015, p. 36).

A pesquisadora aponta para a noção de relação de forças. “Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015, p. 37). Ela ainda revela que a importância da análise diz respeito ao fato de que “com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividade e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito”. Em resumo, “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2015, p. 40). Para Orlandi (2015, p. 40),

[...] podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

De acordo com Orlandi (2015, p. 41), “o estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca”. Além disso, “[...] nem a língua, nem os discursos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2015, p. 46). A estudiosa resume:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. [...] Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade (ORLANDI, 2015, p. 50-51).

O capítulo abaixo - “Verbetes e dicionários: o corpus analítico” - analisa os verbetes e os dicionários escolhidos como corpus analítico deste trabalho, procurando mostrar quais as representações identitárias que os verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ constroem e mantêm nos dicionários.

6. VERBETES E DICIONÁRIOS: O CORPUS ANALÍTICO

No que diz respeito aos dicionários, Silva (2014, p. 79) alega que “quando consultamos uma palavra no dicionário, o dicionário nos fornece uma definição ou um sinônimo daquela palavra. Em nenhum dos casos, o dicionário nos apresenta a ‘coisa’ mesma ou o ‘conceito mesmo”. O autor conclui que “a definição do dicionário simplesmente nos remete para outras palavras, ou seja, para outros signos”, apontando a relação de uma palavra com outra.

Orlandi (2015, p. 18) indica que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam para nós carregadas de sentido que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós”. Portanto, ao pensar nos verbetes, precisamos vê-los como estruturas linguísticas e discursivas que constroem os sentidos ao mesmo tempo em que são construídas por eles. No caso em questão, estruturas linguísticas e discursivas que constroem

os sentidos relacionados ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero. O mesmo vale para os dicionários.

Louro (2022) defende que a linguagem usada para se referir aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma descrição desses corpos, mas acaba produzindo os corpos e os sujeitos. Esse pensamento nos mostra que, ao mesmo tempo em que um verbete define, no dicionário, o significado de uma palavra dentro de um determinado contexto, ele também ajuda a construir e a manter as identidades sexuais e as identidades de gênero.

Ao falar sobre identidade e diferença, a escritora considera: “a afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável” (LOURO, 2022, p. 42). Essa ideia implica na constatação de que os verbetes só apresentam um significado completo quando postos em contraste com outros verbetes que designam formas de se identificar com o gênero e a sexualidade. Além disso, os verbetes e, conseqüentemente, os dicionários não estão fechados e/ou acabados, estão sempre em transformação, tal como a língua, são inacabados, estão sempre em movimento e são passíveis de transformação, ou seja, são cambiantes e provisórios. Evidentemente, por se tratar de dicionários impressos, essas mudanças só vão aparecer na próxima edição do dicionário, que pode demorar um pouco a ser lançada. Essa definição nos lembra da própria sigla da comunidade LGBTQIA+ que é absurdamente cambiante e provisória, mas que abriga, tal como Piscitelli (2009, p. 145) menciona, essas “[...] pessoas que não mostram essa coerência – uma mulher masculina, um homem feminino, os intersexos, os homossexuais etc. – [e] parecem desordenar o pensamento hegemônico sobre o gênero”. A própria autora sinaliza que, “ao mesmo tempo, a existência dessas pessoas sugere que ao pensar em gênero não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas” (PISCITELLI, 2009, p. 145).

Destarte, a fim de realizar essa pesquisa, utilizaremos o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Houaiss e Villar (2019), e o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, de Ferreira (2020), para buscar os verbetes das seguintes palavras: “lésbica”; “gay”; “bissexual”; “transsexual”; “transgênero”; “travesti”; “queer”; “intersexo”; “aliado”, “assexual”; “arromântico” e “agênero”. Essas palavras formam a sigla LGBTQIA+, portanto estamos circulando o campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero.

Como já foi dito anteriormente, a escolha desses dicionários de Língua Portuguesa se deu pelo fato de ambos serem bastante utilizados por falantes desse idioma e estarem

disponíveis em muitas escolas. Além disso, os dicionários já tiveram várias edições e seguem sendo reeditados.

Antes de iniciarmos nossa análise, parece-nos pertinente reforçarmos a crítica tecida por Miskolci (2012, s.p.) a respeito da sigla LGBT - e que aqui, tomamos a liberdade de utilizá-la também com relação à sigla LGBTQIA+ - quando ele diz que ela apresenta um “número limitado de formas de identificação” e observa que “as pessoas nunca couberam apenas em um número limitado de orientações do desejo”. Ele ainda sinaliza que devemos cuidar para não utilizar essa sigla de modo a

[...] manter o impulso normalizador, apenas ampliando o número de possibilidades para um conjunto restrito de identidades disponíveis no presente, essa forma de educar passa a exercer ainda mais pressão social sobre crianças ou adolescentes, pessoas em formação, para que se definam logo e adotem uma identidade. Essa forma de pressão é, em si mesma, uma violência que podemos evitar (MISKOLCI, 2012, s.p.).

Miskolci (2012) alerta, ainda, para o fato de que não devemos utilizar as palavras pertencentes ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero apenas para fins classificatórios e sim para, de fato, criarmos uma sociedade livre de preconceitos, que respeite a diversidade e celebre as diferenças. O próprio estudioso diferencia os termos “diversidade” e “diferença”, sinalizando que “o termo ‘diversidade’ é ligado à ideia de tolerância ou de convivência”, já o “termo ‘diferença’ é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas” (MISKOLCI, 2012, s.p.).

Também nos parece igualmente importante mencionar o que Orlandi (2015, p. 62-63) diz a respeito dos textos e que, para nós, será aplicado durante a análise dos verbetes:

Os textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem múltiplas possibilidades de leituras. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais cuja repetição é garantida pelas regras da língua – pois nos interessa a sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras, mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender.

Antes de nos aprofundarmos na análise dos verbetes que visa observar aspectos como “o que é dito?”, “o que não é dito?”, “o que não pode ser dito?”, “como se diz?” e “como poderia ser dito?”, precisamos ressaltar “quem diz?” e “em que circunstância isso é dito?”.

Quando pensamos na primeira pergunta, “quem diz?”, nos deparamos com o fato de que os dois dicionários escolhidos, são escritos por autores⁶ homens: o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* foi escrito por Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, enquanto o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* foi assinado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Esse fato parece reforçar a tendência heterocisnormativa da língua utilizada na produção dos verbetes. Mesmo após a morte de Antônio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda, os conteúdos de seus dicionários seguem sendo revisados, reformulados, ampliados e reeditados em versões impressas e online. Esse serviço é feito por equipes formadas por um número maior de pessoas. Contudo, ter um número maior de pessoas, entre elas, mulheres, não parece ser suficiente para impedir a força heterocisnormativa que se sobressai em alguns dos verbetes, como veremos no decorrer da análise.

Já quando nos deparamos com a segunda pergunta, “em que circunstância isso é dito?”, observamos que a primeira edição do *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* foi publicada em 2001 e a primeira edição do *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* foi publicada em 1977. Contudo, por constituírem obras consagradas no estudo do vocabulário da Língua Portuguesa, elas seguem sendo reeditadas e publicadas periodicamente, conforme necessidade das editoras. Tanto que aqui estamos trabalhando com edições publicadas, respectivamente, em 2019 e 2020. As reedições nos mostram que, felizmente, os dicionários e os verbetes não podem ser considerados como fechados e/ou acabados, já que estão sempre em transformação, isto é, são cambiantes e provisórios. É provável que as mudanças sejam mais visíveis nos dicionários online, onde a incorporação e a edição das palavras devem ocorrer com maior frequência, o que só reforça a importância de estudos que foquem nos dicionários online. Conforme já falamos anteriormente, a escolha por trabalhar com dicionários impressos se deu por serem esses os materiais que a maior parte das escolas possui como ferramenta didática.

Dito isso, podemos, enfim, iniciar a análise dos verbetes que formam a sigla da comunidade LGBTQIA+, buscando responder a seguinte pergunta: quais as representações identitárias que os verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ constroem e mantêm nos dicionários?

Conforme o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o substantivo feminino “lésbica” significa: “**lés.bi.ca** s.f. mulher homossexual” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 497).

⁶ Para Orlandi (2015), “o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc”.

Já o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* indica: “**lés.bi.ca** *sf.* Aquela que é dada ao lesbianismo” (FERREIRA, 2020, p. 463). Ambos os verbetes sinalizam que a palavra é um substantivo feminino, mas o primeiro utiliza a palavra “homossexual” para descrevê-la, enquanto o segundo fala em “lesbianismo”. Considerando que existe toda uma crítica ao uso do sufixo “-ismo”, pois, entre outros significados, esse sufixo pode indicar condição patológica, é possível observar que não houve um cuidado por parte do autor na hora de produzir esse verbete. Ele acaba sendo um desserviço ao processo de despatologização da homossexualidade, isto é, a luta para parar de tratar essa identidade sexual como doença.

Ao indicar a palavra “mulher homossexual” no verbete, a definição de Houaiss e Villar (2019) reforça a ideia de que “lésbica” é o termo correto para designar apenas mulheres que se relacionam com outras mulheres. Talvez o verbete pudesse ter incluído a ideia de que “homossexual” é o contrário de “heterossexual”, embora estudos como os de Miskolci (2012, s.p.) compreendem que “[...] cada vez menos cabem em binários como homem-mulher, masculino-feminino, hetero-homo” e destacam que “[...] mal começamos a compreender como as pessoas transitam entre esses polos, ou se situam entre eles de formas complexas, criativas e inesperadas”, daí a importância de termos uma linguagem que seja dinâmica e esteja disposta a absorver todas essas mudanças.

Enquanto o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* traz a seguinte definição para o termo “gay”: “**gay** [ing.; pl.: *gays*] *adj.* 2g. s.2g. infm. homossexual => pronuncia-se guêi” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 411), o *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* menciona: “**gay** (guêi) [Ingl.] *adj*2g2n. s2g. V. *guei*” (FERREIRA, 2020, p. 374). Apesar de apontar que pode se tratar de um adjetivo ou de um substantivo de dois gêneros⁷, isto é, que pode nomear a característica de uma pessoa (homem/mulher) ou nomear a pessoa em si (homem/mulher), os verbetes parecem se preocupar mais em explicar a origem inglesa da palavra e, conseqüentemente, em sugerir a pronúncia adequada do que, de fato, explicar o significado dela. Apenas o primeiro dicionário traz o sinônimo “homossexual” no verbete, sem se preocupar em aprofundar a explicação. Por outro lado, é possível observar o cuidado de não limitar o termo a um único gênero - como ocorreu na descrição do verbete da palavra “lésbica”, quando foi utilizada a expressão “mulher homossexual” - já que, gramaticalmente, ele serve para homens e mulheres. Ao falar sobre as pessoas homossexuais, Piscitelli (2009)

⁷ Vale lembrar que, gramaticalmente, a Língua Portuguesa só aceita os gêneros feminino e masculino na hora de dividir as palavras. Ao contrário do latim, que apresentava o gênero feminino, masculino e neutro. Muito se tem discutido a respeito do uso de linguagem neutra em Língua Portuguesa, contudo esse não é o foco deste trabalho, neste momento. Contudo, torna-se evidente a necessidade de que sejam realizadas mais pesquisas na área.

defende que a opressão sofrida por elas também pode ser considerada como produto do mesmo sistema que oprime as mulheres.

O termo “bissexual” consta no *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* como: “**bis-se-xu-al** /cs/ [pl.: -ais] *adj.* 2g. **1** que abrange ou reúne os dois sexos. *adj.* 2g.s. 2g. **2** Biohermafrodita **3** que(m) sente atração sexual por homem e mulheres ~ **bissexuado** *adj.* s.m. – **bissexualidade** *s.f.* – **bissexualismo** *s.m.*” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 116). Já no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* esse termo aparece assim: “**bis.se.xu.al** (cs) [*Bis-* + *-sex(o)-* + *-ual.* 39 A] *adj.* 2g. **1.** Hermafrodito. **2.** Relativo ao comportamento sexual com indivíduos de ambos os sexos. **3.** Que tem esse comportamento *s*2g. **4.** Indivíduo bissexual. [F.red.: *bi.* Pl.: -ais.] § **bis.se.xu.a.li.da.de** *sf.*” (FERREIRA, 2020, p. 106). Os dois verbetes fazem uso de palavras como “hermafrodita” ou “hermafrodito”. Elas reforçam uma ideia que associa o corpo à biologia, o que nos permite apontar duas falhas: primeiro, que, hoje em dia, esse termo está sendo bastante criticado. Existe a sugestão de que se use o termo “intersexo” para designar as pessoas que nascem com características físicas, genéticas ou hormonais que não se enquadram nas definições biológicas típicas de masculino e feminino. Segundo, que a bissexualidade tem a ver com a sexualidade e não com o corpo biológico.

Em outras palavras, o termo costuma ser utilizado para se referir àquelas pessoas que sentem atração romântica, afetiva e/ou sexual por homens e por mulheres, isto é, por mais de um gênero. Portanto, a definição de Houaiss e Villar (2019, p. 116) - “**3** que(m) sente atração sexual por homem e mulheres” – pode ser criticada por utilizar a expressão “atração sexual”, limitando o tipo de atração entre as pessoas a algo puramente sexual. Essa ideia é reforçada no verbete elaborado por Ferreira (2020, p. 106): “**2.** Relativo ao comportamento sexual com indivíduos de ambos os sexos” e “**3.** Que tem esse comportamento”. É possível observar que a expressão “comportamento sexual” está absurdamente ligada à noção de se relacionar para fins sexuais, o que não necessariamente inclui relação romântica e/ou afetiva e acaba criando e reforçando uma falsa ideia de promiscuidade associada aos indivíduos da comunidade LGBTQIA+, especialmente aos indivíduos que se relacionam com mais de um sexo ou gênero, como é o caso das pessoas bissexuais e, mais ainda, das pessoas pansexuais⁸. Por último, a expressão “indivíduos de ambos os sexos” reforça a questão do sexo biológico ao invés do gênero. O verbete teria sido mais feliz se apresentasse a palavra “gênero” no lugar de

⁸ Etimologicamente, o termo “pansexual” se originou a partir do prefixo grego “*pan*”, que significava “tudo” ou “todos”. Logo, a definição de pansexualidade está associada à diversidade de gênero dos seres humanos. Os pansexuais se atraem por todos os gêneros sexuais, sem distinção, e não se limitando à binária de gênero homem/mulher. O conceito considera a atração, por exemplo, por pessoas transexuais e não binárias.

“sexo”, tal como pode ser visto a seguir: “indivíduos de ambos os gêneros”. Outra sugestão importante seria não utilizar a palavra “ambos”, já que ela divide os gêneros apenas em “feminino” e “masculino” e não inclui as pessoas que se identificam como não binárias e/ou agêneras.

No *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra “transexual” apresenta o seguinte verbete: “**tran.se.xu.al** /cs/ [pl.: -ais] *adj.2g.s.2g.* **1** que(m) não se sente adaptado ao sexo com que nasceu **2 p. ext.** que(m) recebeu tratamento médico e cirúrgico para adquirir características do sexo oposto *adj.2g* **3** relativo a transexualismo **4** relativo mudança de sexo < *cirurgia t.*> ~ **tran.se.xu.a.li.da.de s.f.**” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 789). Já o verbete disponível no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* indica: “**tran.se.xu.al** (secs) [*Trans-* + *sexual.*] *adj2g. s2g.* Diz-se de, ou de uma pessoa que adota trajes e comportamento do sexo oposto e que busca, via cirurgia, a transformação sexual. [Pl.: -ais.]” (FERREIRA, 2020, p. 750). As duas definições abordam a questão do sexo biológico e da intervenção médica e/ou cirúrgica para definir essa pessoa que não se identifica com o sexo biológico que nasceu e busca formas de modificar o seu corpo para se sentir mais confortável com ele, seja através do tratamento hormonal, seja através de cirurgia de redesignação de gênero. Ao mencionar a seguinte definição “**3** relativo a transexualismo”, o primeiro verbete acaba utilizando a palavra “transexualismo”. Como já foi explicado anteriormente, o uso do sufixo “-ismo” alude à condição patológica. Ao fazer isso, reduz a transexualidade à condição de doença, o que culmina em um desserviço a luta pela despatologização dessa identidade de gênero.

O *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* define “transgênero”:
 “**trans.gê.ne.ro** *adj.s.m.* que(m) não se identifica com as noções convencionais de homem ou mulher, combinando ou alternando essas duas identidades” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 790). O verbete disponível no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* aponta:
 “**trans.gê.ne.ro** [*Trans-* + *gênero*; ingl. *transgender.*] *sm.* Indivíduo que se comporta ou tem papel social, diferente do convencional para o seu gênero de nascimento” (FERREIRA, 2020, p. 751). Em um primeiro momento, chama a atenção que Houaiss e Villar (2019) classificam a palavra “transgênero” como um adjetivo (nomeia a característica de uma pessoa) ou um substantivo masculino (nomeia a pessoa em si), enquanto Ferreira (2020) só a considera enquanto substantivo masculino (nomeia a pessoa). Esse fato demonstra que os verbetes não estão de acordo com quais as classes gramaticais que a palavra transgênero pode ocupar, a saber: substantivo e adjetivo.

É possível observar, ainda, que, ao redigir os dois verbetes, os autores tiveram o cuidado de utilizar expressões como “noções *convencionais* de homem ou mulher” ou “que se comporta ou tem papel social diferente do *convencionado* em seu gênero de nascimento” (grifos nossos). Essas expressões são importantes, porque vão afirmando e reafirmando a questão do gênero enquanto convecção social, enquanto um comportamento que é construído socialmente. Mais do que isso, sugerem a questão do papel social, apontando a importância da representação e da performatividade.

Talvez os verbetes pudessem ter apontado o antônimo do termo “transgênero”, ou seja, “cisgênero”. O binarismo certamente ajudaria quem consultasse o dicionário a entender que existem pessoas que se identificam com seu gênero de nascimento (as pessoas cisgêneros) e pessoas que não se identificam (as pessoas transgêneros). Os verbetes poderiam, inclusive, explicar que além desses dois tipos de pessoas ainda existem aquelas que não se identificam com nenhum dos gêneros, como é o caso das pessoas agêneras e/ou não binárias⁹.

Por último, cabe mencionar que o primeiro verbete reforça a ideia de identidade. No que tange à identidade de gênero, Piscitelli (2009, p. 124-125) comenta: “às vezes, algumas pessoas nascem com traços genitais de um sexo, mas sua ‘identidade de gênero’ está associada ao outro sexo. Por exemplo, pessoas que nasceram com pênis, mas se sentem como meninas, gostam de vestir-se e comportar-se como elas”.

De acordo com o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o verbete “travesti” quer dizer: “**tra.ves.ti** s.2g. pessoa que se veste e se comporta como se fosse do sexo oposto” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 794). O *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* “**tra.ves.ti** [Fr. *travesti*.] s2g. **1.** Pessoa que, ger. em espetáculos teatrais, se traja com roupas do sexo oposto. **2.** Homossexual que se veste com roupas do sexo oposto ao seu” (FERREIRA, 2020, p. 754). Ao considerar a palavra “travesti” como substantivo, os dois verbetes se concentraram em designar essa pessoa que se traveste, ou seja, que se veste com roupas de um gênero diferente do seu. Contudo, os dois verbetes utilizam a expressão “sexo oposto” para designar o que se espera, em termos de vestuário - portanto, algo socialmente construído - de um determinado gênero.

O primeiro verbete chega a mencionar a questão do comportamento que, cabe dizer, também é socialmente construído. Aliás, comportamento que, no caso das travestis, costuma ser associado à prostituição e não exatamente à arte, com um dos verbetes sugere. Logo, o que

⁹ É possível ler mais a respeito deste assunto no livro *Gênero e sexualidade na atualidade*, de Leandro Colling (2018).

chama atenção nesses verbetes é que não associa a palavra “travesti” a algo pejorativo, moralmente questionável, abjeto e/ou marginal como a palavra tantas vezes tende a ser usada em língua portuguesa, a ponto de Varella (1999) insinuar que a história da travesti é sempre uma história marginal. Outro ponto interessante é que os verbetes não comparam a identidade travesti à identidade transexual, salientando que a principal diferença entre elas é uma diferença associada à classe. Carvalho (2018, s.p.) tece importantes considerações a esse respeito:

A associação da prostituição à identidade travesti também aparece inserida numa distinção entre modelos de feminilidade. Enquanto as travestis são as “ousadas” que demonstram uma “feminilidade pombagira”, as transexuais representariam uma “feminilidade burguesa”, recatada e delicada. Outra distinção, também com base na prostituição, aparece: o corpo. Apesar de os processos de transformação corporal de travestis serem muitas vezes compartilhados por transexuais, estas, possivelmente devido ao maior grau relativo de medicalização, parecem construir seus corpos dentro de um modelo mais próximo do que julgam “natural”. Por outro lado, as transformações corporais de travestis, comumente julgadas como exageradas, parecem ser requisitos profissionais para a prostituição. Nesse sentido, penso que os elementos corporais, as performances femininas e as possibilidades de trabalho compõem um mesmo conjunto de características vinculadas a diferentes “rotinas ilegítimas”, para usar um termo de Becker. Entretanto, é possível questionar se as “rotinas” produzem corpos, performances e identidades, ou se a própria rotulação é que conduz a tais “rotinas” que, por sua vez, pressupõem determinados corpos e performances. A rotulação marginal de “travesti” parece produzir uma “rotina” que implica um determinado corpo e uma determinada feminilidade, enquanto a rotulação psiquiátrica de “transexual” parece produzir outra “rotina” que produzirá corpos e feminilidades distintas.

A palavra “queer” não consta no *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, nem no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, possivelmente por se tratar de estrangeirismo. Justamente por conta da dificuldade de traduzi-lo do inglês para o nosso idioma, seria bastante importante que ele entrasse nos dicionários de Língua Portuguesa. Para nos ajudar a compreendê-lo, vamos pedir ajuda a Louro (2022) que, em seu livro *Um Corpo Estranho*, aborda a teoria queer, enfatizando a ideia do queer como “[...] tudo que é estranho, raro e esquisito. O que desestabiliza e desarranja”, isto é, um “[...] um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível” (LOURO, 2022, p. 9). Em outro momento do texto, o termo é explicitado como “[...] colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier” (LOURO, 2022, p. 35) e, ainda, “uma disposição para o questionamento e a inquietude, um estranhamento de tudo ou de qualquer sujeito ou prática que se represente (ou se apresente como) ‘normal’, ‘natural’ e ‘incontestável’” (LOURO, 2022, p. 101).

A partir da definição de Louro (2022) para o termo “queer”, nos parece uma postura bastante queer questionar o que leva um filólogo a não dicionarizar esse estrangeirismo? Por mais que o queer não goste de normatizações, nos parece correto indagar qual o motivo desse silêncio - para não dizer apagamento - a respeito dessa palavra? Parece-nos natural querer saber quem tem o poder de decidir quais palavras entram no dicionário e quais palavras ficam de fora? Quais identidades serão representadas e quais não serão? Quais identidades serão incluídas e quais serão excluídas? Quais são as identidades que ocuparão o território da fronteira? Em um mundo heterocisnormativo, isto é, marcado pela imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade, não é de se *estranhar* que algumas palavras que representam as identidades daqueles que de alguma forma fujam dessa norma não constem em uma ferramenta normativa e reguladora da Língua Portuguesa, tal como é o caso dos dicionários. Parece-nos útil perguntar: Quem lucra com isso? Quem passa a deter mais poder alimentando o discurso heterocisnormativo e limitando o alcance dos demais tipos de discurso? Piscitelli (2009, p. 141-142) indica que “o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas, que se intersectam. Que estruturas são essas? Como as pessoas reagem e se opõem a essas estruturas de dominação?”.

A palavra “intersexo” não consta em nenhum dos dicionários consultados, o que sugere o desconhecimento dos autores dos dicionários no que tange a ela e, de modo mais amplo, o desconhecimento da própria sociedade que ainda insiste em utilizar termos como “hermafrodita” para se referir a pessoas que se identificam como “intersexo”. Essa crítica ganha ainda mais consistência se pensarmos que os autores utilizaram os termos “hermafrodita” e “hermafrodito” ao elaborarem os seus respectivos verbetes para a palavra “bissexual”. Talvez essa seja a maior prova de que a língua é um instrumento vivo, que se transforma e se adapta para dar conta das necessidades lexicais da sociedade. Piscitelli (2009) explica o assunto:

Há também pessoas que nasceram tendo desenvolvido parcial ou completamente órgãos sexuais masculinos e femininos. No passado, eram chamadas de hermafroditas, hoje recebem o nome de pessoas de sexo ambíguo ou “intersexos”. Nessa categoria são também incluídas pessoas cuja genitália, segundo os médicos, está “incompletamente formada”, como crianças que, ao nascer, têm traços genitais pouco definidos, como não ter os testículos no saco escrotal, ou ter um pênis considerado excessivamente pequeno ou clitóris maior do que parece ser normal (PISCITELLI, 2009, p. 124-125).

Ao falar sobre as pessoas que se identificam como intersexos, Piscitelli (2009) ainda comenta:

[...] o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 146).

No *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o verbete da palavra “aliado” costa como: “**a-li-a-do** *adj.s.m* **1** (o) que se liga a outro para defender a mesma causa ou atacar o mesmo inimigo **2** cúmplice, parceiro” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 35). No *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* aparece como “**a.li.a.do** [*Aliar*, 17A] *adj.* **1.** Unido a outrem para ação comum. **2.** Vinculado por aliança (3). *sm.* **3.** Aquele que se alia a outrem. **4.** *Antrop.* Indivíduo aliado (2).” (FERREIRA, 2020 p. 34). De acordo com esses verbetes, a palavra pode ser usada em diversas situações e não há uma menção específica à comunidade LGBTQIA+, tampouco ao campo semântico da identidade de gênero e da identidade sexual. Evidentemente, dentro desse recorte, todas as definições se encaixariam, de modo que o aliado vai ser aquela pessoa que se interessa pela comunidade LGBTQIA+ e os assuntos ligados a ela.

O termo “assexual” consta da seguinte forma no *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: “**as.se.xu.al** /cs/ [pl.: -ais] *adj.2.g* BIO que ocorre sem fecundação <reprodução a.>” (HOUAISS; VILLAR, 2019, p. 79). Já no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* aparece como “**as.se.xu.al** (cs) [*As*-³ + -*sexo*- + *ual*- 39A] *adj2g. Biol.* Que se efetua sem o concurso dos gametas, [Pl. -ais].” (FERREIRA, 2020, p. 72). Do ponto de vista gramatical, os dois verbetes consideram a palavra como um adjetivo comum aos dois gêneros: o masculino e o feminino. Nenhum dos verbetes faz menção à identidade das pessoas que não sentem interesse pelo ato sexual, o que pode ser visto como um reflexo da invisibilidade a respeito dessa forma de se identificar. Aliás, essa parece ser uma das identidades mais desacreditadas e invisibilizadas do nosso estudo.

O termo “arromântico” não consta no *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, nem no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, o que sugere o desconhecimento dos autores acerca deste termo que contempla os indivíduos que não sentem inclinações românticas e/ou não têm interesse de ter relacionamentos românticos com alguém. Assim como a identidade “assexual”, a identidade “arromântica” também costuma ser bastante negligenciada e pouco explorada. Em geral, ela causa bastante estranhamento. O fato de não ser um termo muito usado pelos falantes de Língua Portuguesa reflete a necessidade de se

encontrar formas de divulgá-lo, de torná-lo mais popular, até para que seja possível se referir as pessoas que assim se identificam da forma mais politicamente correta possível e para que mais pessoas possam se ver representadas e, quem sabe, se identificar dessa forma.

A palavra “agênero” foi a última que buscamos para realizar a nossa pesquisa. Para nossa surpresa, ela não consta no *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, nem no *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*, o que pode indicar que ela ainda seja pouco conhecida, quer seja pelos autores dos dicionários, quer seja pelos demais falantes do idioma. Isso também pode indicar que ela representa uma identidade bastante invisível dentro do sistema binário que vivemos, que só reconhece gênero feminino e gênero masculino. Evidentemente, esse termo que indica quem não se identifica com esse binarismo e prefere se identificar como alguém que não tem identidade de gênero, precisa ser mais divulgado para que possa se tornar mais conhecido, disseminado e, com o tempo, possa vir a ser incorporado nos verbetes dos dicionários. Vale lembrar que a correta incorporação dessa palavra nos dicionários é fundamental, pois garante que quem pesquisar o verbete possa, de fato, saber o que ele significa: sem preconceitos e tabus.

7. CONCLUSÃO

Após cuidadosa leitura do referencial teórico escolhido para realizar essa pesquisa bibliográfica reflexiva, foi possível realizar a análise dos verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ nos dicionários de Língua Portuguesa previamente selecionados. Essa análise dos verbetes do dicionário é importante, pois nos permite mapear as representações identitárias que eles constroem e mantêm, já que refletem aspectos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos do período e da sociedade em que o dicionário é escrito e/ou está em circulação. Nos dicionários consultados, verificamos a forte presença da heterocisnormatividade, quer seja na escolha dos verbetes que são mencionados ou silenciados nos dicionários, quer seja na forma com que esses verbetes foram escritos.

É evidente que se uma ferramenta de normatização discursiva e linguística como o dicionário reflete aspectos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos do período e da sociedade em que ele está inserido, as escolhas discursivas e linguísticas apresentadas por ele vão ser marcadas pelas mesmas características do período e da sociedade que representam. Se o período e a sociedade seguem uma tendência heterocisnormativa, é evidente que o dicionário irá apresentar essa característica, tal como foi possível observar nos dicionários consultados.

Este fato pode ser observado, por exemplo, no uso de palavras como “lesbianismo” e “transexualismo”, cujo sufixo “-ismo” transmite a ideia de patologia. Como se houvesse um jeito certo, saudável e/ou normal de ser e esse jeito escapasse a quem se identifique como lésbica e/ou transexual. Isso nos mostra que quem detém o poder de decidir quais os verbetes serão mencionados ou silenciados nos dicionários e como esses verbetes serão escritos são pessoas cujo discurso é marcado pela heterocisnormatividade, esse modelo social que regulariza as formas como as pessoas se identificam em termos de gênero e sexualidade. Não por acaso a visão dos dicionários costuma estar sempre marcada por binarismos, por exemplo, o binarismo “homossexual” x “heterossexual”, que exclui o “bissexual”, o “pansexual”, o “assexual” e o “arromântico”.

Além disso, também demonstra porque algumas palavras como “queer”, “intersexo”, “arromântico” e “agênero” não entraram no dicionário, o que pode ser considerado alarmante, já que estamos em um mundo globalizando, onde a internet facilita o acesso à informação e tem um papel muito grande na disseminação de conteúdos diversos, inclusive, no que diz respeito aos avanços da área de Estudos de Gênero. Assim, parece-nos verdadeiramente preocupante que essas palavras não apareçam nos dicionários consultados. Esse silenciamento indica que talvez elas - ainda - não sejam conhecidas por um grupo grande de falantes de Língua Portuguesa e, por isso, não foram incorporadas pelo nosso idioma a ponto de aparecerem em dicionários impressos - essa ferramenta de normatização discursiva e linguística que abriga nosso corpus de pesquisa. Mais do que isso, aponta que talvez os significados dos verbetes irão seguir desconhecidos, pelo fato de as pessoas não terem uma fonte rápida e confiável de consulta impressa, quando não for viável buscar as informações na internet, o que, por sinal, só alimenta o poder e a força da heterocisnormatividade. Mais do que isso, impede que essas identidades sexuais e de gênero sejam representadas nos dicionários.

Vale reforçar o fato de que a confiabilidade dos verbetes dos dicionários e, conseqüentemente, dos dicionários também importa, especialmente porque, em geral, as pessoas consultam o dicionário quando não sabem como escrever determinada palavra, quando não dominam o seu significado e/ou classe gramatical. É o caso de muitos membros de comunidades escolares que podem não ter acesso à outra fonte de informação, como a internet. Pior do que o dicionário não conter o verbete de uma palavra, é ele conter verbetes repletos de preconceitos, que alimentem o poder da heterocisnormatividade e os estigmas sobre determinados grupos sociais. É o caso, por exemplo, dos verbetes que associam a

comunidade LGBTQIA+ à ideia de promiscuidade. Também é o caso dos verbetes que não observam a diferença entre gênero e sexo, alimentando um discurso altamente biológico.

Por isso, estudos que analisem e questionem a qualidade dos verbetes e, conseqüentemente, dos dicionários são fundamentais para que possamos construir uma relação menos ingênua com o discurso, especialmente no que tange às relações de poder expressadas por ele. Esses estudos também serão úteis para que possamos construir uma linguagem que possa estar cada vez menos marcada pelos preconceitos e pela heterocisnormatividade. Uma linguagem que possa ser cada vez mais representativa do período e da sociedade que a utiliza. Uma linguagem que ajude a tornar o ambiente escolar um espaço ainda mais receptivo e acolhedor para todas as pessoas, o que inclui os membros da comunidade LGBTQIA+.

O verbe do termo “travesti” surpreendeu bastante, principalmente por não associar esse termo a algo pejorativo, moralmente questionável, abjeto e/ou marginal como costuma ser associado. É verdade que, atualmente, a palavra tem passado por um processo de ressignificação, mas é difícil acreditar que isso já tenha sido incorporado nos dicionários. Sabemos que esse é um processo um pouco lento, ainda mais em dicionários impressos, cujo processo de reedição costuma ser demorado. Nos dicionários online as mudanças ocorrem mais rapidamente, devido à própria instantaneidade da publicação do dicionário, o que reforça a importância de pesquisas na área.

Apesar de termos consciência de que esse estudo não esgotou o assunto, esperamos que ele tenha conseguido sensibilizar o leitor - principalmente quem for falante de Língua Portuguesa, isto é, o idioma aqui estudado - a respeito do papel social, cultural, político, histórico e econômico da linguagem, no que tange à construção e à manutenção de identidades. Esperamos que ele tenha demonstrado para o leitor quais as representações identitárias que os verbetes das palavras que compõem a sigla da comunidade LGBTQIA+ constroem e mantêm nos dicionários. Também torcemos para que a leitura desse texto possa ter contribuído com seu papel de disseminar ainda mais as palavras e/ou expressões que pertencem ao campo semântico da identidade sexual e da identidade de gênero para que, enquanto falantes de Língua Portuguesa, nós possamos nos manifestar de forma cada vez mais respeitosa aos sujeitos que constituem a comunidade LGBTQIA+. Por último, esperamos que tenha ajudado o leitor a desmistificar algumas crenças errôneas que possa ter a respeito desse assunto, a fim de superar preconceitos e combater a heterocisnormatividade.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/?lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2023.
- COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª ed. rev. atual. Curitiba: Cia. Bras. de Educação e Sistemas de Ensino, 2020.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3 ed. rev. amp. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Autêntica, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, v. 15, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- SILVA, Thomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.